



UNIDESC

Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste



Curso de Pedagogia Artigo Original

A CONTRIBUIÇÃO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE CONTRIBUTION OF ART IN INCLUSIVE EDUCATION

Davi Pereira Alves¹, Lethycia Carvalho da Silva¹, Edlamar Maria de Fátima Clauss²

1 Alunos do Curso de Pedagogia

2 Professora Mestra do Curso de Pedagogia

RESUMO

A arte sempre esteve presente na vida dos seres humanos, não diferiria na educação e na inclusão, o presente artigo objetiva discutir e compreender quais são as contribuições que a arte, a música, o teatro, a dança e a arteterapia oferecem para o ensino, aprendizagem e inclusão das crianças com deficiências, analisar o uso das práticas artísticas na educação, incentivar o uso das metodologias artísticas no ensino inclusivo. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa, técnica descritiva, metanálise. Na teoria e na prática as manifestações e expressões artísticas na escola trazem vários benefícios na educação inclusiva, respeitando as singularidades de cada discente durante seu processo de formação acadêmica. Assim, é recomendada a valorização da arte como uma disciplina, com um universo de possibilidades que pode e deve ser explorado, investigado e utilizado pelos docentes na prática educativa. Vale aqui ressaltar que incluir não é uma opção, é um dever ético, social, moral, pessoal, que precisa da participação de toda a comunidade escolar.

Palavras-Chave: Arte; Linguagens artísticas; Arteterapia; Inclusão.

ABSTRACT

Art has always been present in the lives of human beings, and it would be no different in education and inclusion. This article aims to discuss and understand what are the contributions that art, music, theater, dance and art therapy offer for teaching, learning and inclusion of children with disabilities, to analyze the use of artistic practices in education, and to encourage the use of artistic methodologies in inclusive education. The methodology used is bibliographic research, qualitative approach, descriptive technique, meta-analysis. In theory and in practice, artistic manifestations and expressions at school bring several benefits in inclusive education, respecting the singularities of each student during their academic training process. Thus, it is recommended to value art as a subject, with a universe of possibilities that can and should be explored, investigated and used by teachers in their educational practice. It is worth pointing out that inclusion is not an option, it is an ethical, social, moral and personal duty that requires the participation of the entire school community.

Keywords: Art; Artistic languages; Art therapy; Inclusion.

Contato: davi.alves@sounidesc.com.br; lethycia.silva@sounidesc.com.br; edlamar.clauss@unidesc.edu.br

INTRODUÇÃO

Na educação é possível ter contato com vários assuntos, na teoria e, na prática. Dentre eles: a arte e a inclusão, dois assuntos que despertam a curiosidade e o interesse ao longo da jornada pedagógica, das vivências (trabalho, estágio). Dentre os aportes teóricos e experimentais fornecidos ao longo do curso sobre os assuntos, estão: a presença das linguagens artísticas nos documentos oficiais (Base Nacional Comum Curricular, Parâmetros Curriculares Nacionais). Diante disso, surge a necessidade da presente pesquisa científica.

O poder da expressão artística é magnífico, uma forma de comunicação que abre caminhos para a comunicação, nela o verbal é apenas mais uma entre tantas possibilidades. Ela possui um grande potencial para proporcionar um ensino inclusivo.

As práticas artísticas são uma forma de proporcionar bons momentos e aprendizados. A inclusão é necessária e as metodologias artísticas possuem contribuições para oferecer. Todas as instituições de ensino precisam estar preparadas para receber os alunos e proporcionar um aprendizado agradável.

A arte possibilita que os professores ministram determinado conteúdo de forma lúdica, permite que o estudante aprenda de maneira eficiente o que é passado pelo docente, com isso, seguindo o pensamento de Vieira (2017), cria a oportunidade do discente se desenvolver em áreas que vão ajudá-lo a ser um indivíduo crítico na sociedade que vive, pois, o estudo das práticas artísticas auxilia no desenvolvimento desde a infância até a fase adulta.

No ensino da arte e na inclusão o professor é um mediador, é necessário então refletir o papel dos docentes para que o uso das metodologias artísticas na educação inclusiva ocorra da melhor forma. Para Bernardo e Vianna (2022) existe uma grande dificuldade e desinteresse na formação de professores regentes para serem mais atuantes na educação inclusiva, onde o aluno terá a oportunidade de ser mais autônomo, aprender e se socializar.

As variadas linguagens artísticas, dentre elas a dança, o teatro e a música possuem benefícios para oferecer, cada uma em seus devidos campos, incluindo a arteterapia. A arte sempre esteve presente em todas as áreas da vida do ser humano, não diferiria na educação. No ensino e aprendizagem escolar, os autores pesquisados apontam que: por meio da dança a criança tem a possibilidade de desenvolvimento corporal, social e afetivo, na música, são trabalhadas: a criatividade, a sensibilidade, a imaginação, e ainda o autoconhecimento, no teatro aspectos motores, cognitivos, sensoriais e linguísticos. Quanto à arteterapia, a sua contribuição é notória em relação aos aspectos afetivos e emocionais, que envolvem o desempenho do aluno no processo do ensino e da socialização (VIEIRA, 2017).

Entretanto, ainda é um questionamento: qual a contribuição da arte na educação inclusiva das crianças com deficiência? Arte e inclusão são parceiras, a arte na escola vem superar desafios de aprendizagem junto aos indivíduos com deficiência, são realizadas variadas descobertas, professores e alunos aprendem com as práticas artísticas, oferece diferentes formas para a interação e a comunicação dos envolvidos no ensino e aprendizagem (VIEIRA, 2017).

Diante do exposto, este trabalho científico tem como objetivo geral identificar as contribuições da arte para a inclusão das crianças com deficiências na educação e, como objetivos específicos, investigar os benefícios que a dança, o teatro e a música proporciona para os alunos da educação inclusiva no aspecto cognitivo, afetivo e emocional; analisar a

possibilidade da utilização da arteterapia na educação inclusiva; refletir sobre a atuação do docente em artes de modo a contribuir com a educação inclusiva.

O artigo justifica-se na sensibilização de professores e alunos para novas formas de convivência, inclusão e ensino, que tenham em sua essência “a solidariedade e o respeito às diferenças, valores considerados essenciais e indispensáveis na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, e sensíveis para rejeitarem toda a forma de preconceito” (BRASIL, 2004, p.10).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS / METODOLOGÍA

Para a elaboração do presente artigo foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de pesquisa bibliográfica. Segundo Markoni e Lakatos (1992) diz respeito a um levantamento de bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas, impressas e escritas. Ela proporciona o contato direto com o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas e na manipulação de suas informações. É o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Para a realização do trabalho científico foi utilizada a Metanálise, uma técnica estatística para unir resultados de variados estudos científicos criando assim, aproximações que resumem o todo, são as chamadas estimativas metanalíticas (RODRIGUES e ZIEGELMANN, 2011).

Foram analisados artigos científicos, documentos, e relatos bibliográficos de experiências práticas da arte na inclusão por meio da técnica descritiva. Ela pretende descrever as ações e particularidades dos cidadãos de uma sociedade, buscando compreender a razão de um determinado acontecimento (GIL, 2002).

Para escolher as publicações utilizadas na elaboração do referencial teórico foram avaliados: o tema, o ano de publicação, todos os artigos escolhidos foram publicados após 2015. Tendo como fonte de pesquisa o Google acadêmico, Scielo e Periódicos Onlines. A legislação e os documentos oficiais da área educacional também foram consultados, para realizar a construção de um maior parâmetro do que a teoria diz a respeito da inclusão e da arte.

A abordagem utilizada é a qualitativa, ela visa compreender os sentidos dos acontecimentos da sociedade, os fenômenos do dia a dia da população e investigar o contexto das ações e das atitudes (NEVES, 1996).

REFERENCIAL TEÓRICO / FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando uma pessoa se atreve a olhar e analisar o que existe ao redor, no mundo, nas paisagens, e expor o que compreendeu através das práticas artísticas, ela encontra detalhes que vão ser expressos e mostrados através de sua sensibilidade artística e pessoal, gerando um novo ponto de vista, novas informações (MENDONÇA e BRAZÃO,

2019), “A arte é a expressão mais pura que há para a demonstração do inconsciente de cada um. É a liberdade de expressão, é sensibilidade, criatividade e vida” (JUNG, 1920, p. 46 apud MALAQUIAS, 2021, p.96).

Ao oferecer para o estudante a chance de criar uma ideia e transformá-la em um movimento, som, ou até mesmo em um gesto, ele consegue elaborar seus próprios saberes e comunicar ao mundo o conhecimento construído por ele através de cada expressão artística que coloca em prática (MACHADO, 2018).

A arte compreende um universo amplo de diversas linguagens, como a música, a dança e o teatro (PROENÇA, 2000 apud VIEIRA, 2017). Para Nobre e Mendonça (2015 apud MENDONÇA e BRAZÃO, 2019), a associação da arte com a educação tem uma perspectiva do ensino voltado para o contexto social dos alunos.

Como fator de inclusão social, as expressões artísticas podem e devem ser entendidas como complemento nas variadas maneiras de promover aprendizagens, dado que a linguagem visual permite que o aluno, público alvo da educação inclusiva, tenha a possibilidade de uma comunicação diferente da verbal, com a qual também é possível demonstrar o que pensa e mostrar o que sente (VIEIRA, 2017).

Vieira (2017) afirma ainda que, os métodos artísticos são uma ótima maneira para se caminhar rumo ao desenvolvimento expressivo e representacional da criança, por isso mesmo, precisa ser mais valorizada na escola, e não deve ser vista apenas como hora de desenhar e pintar, mas como uma disciplina curricular importante para o desenvolvimento das crianças com deficiência.

Na escola a arte vem eliminar barreiras de aprendizagem junto aos indivíduos com deficiência, pois é maneira de descobertas, aprendizados para professores e estudantes, é preciso reunir dados e observações, avaliar, para realizar uma formulação de teorias originárias da prática, ensinar arte seguindo as maneiras de aprendizagem do estudante significa, então, não privar a instituição de ensino da informação sobre a produção histórica e social presente na arte, incentivar a criatividade, a comunicação e a expressão (READ, 1976 apud VIEIRA, 2017).

Conforme Soares (2022), docentes conscientes do ato educativo apoiam o ensino da arte com a intenção de promover uma prática pedagógica transformadora, inovadora, afinal, é uma área específica e importante do conhecimento, sendo assim, precisa ser tratada com responsabilidade e compromisso pedagógico.

A Lei n.º 12.287, sancionada no dia 13 de julho de 2010 tornou o ensino da arte obrigatório (BRASIL, 2010). Alguns anos depois ocorreram mudanças e atualizações. Em 2017 entrou em vigor a Lei n.º 13.415, ela afirma em seu Art. 26, § 2º que: “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 2017).

Quando se trata do ensino da arte, A BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

define que, “A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em arte” (BRASIL, 2017, p.193). Os Parâmetros Curriculares Nacionais de artes afirmam que aprender sobre essa disciplina: “Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e época” (BRASIL, 1997, p.15).

INCLUSÃO

No aspecto constitucional, a Lei n.º 7.853 garante que pessoas com deficiência tenham acesso a todos os direitos básicos:

Art. 2º: Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989).

Especificamente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146) define pessoa com deficiência como: “Aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

No campo educacional, a Lei n.º 7.853 prevê ainda que alunos com deficiência podem realizar a matrícula em escola pública ou privada e devem ter acesso aos benefícios concedidos aos demais estudantes, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo (BRASIL, 1989).

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), afirma em seu Art. 54 que: as crianças com deficiência possuem direito ao atendimento educacional especializado nas instituições de ensino, e recomenda ainda que os estudantes com deficiência frequentem a rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

A Lei n.º 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sancionada em 20 de dezembro de 1996, declara que: a educação é um dever da família e do Estado. A legislação complementa dizendo ainda que o ensino possui o objetivo de promover o pleno desenvolvimento do educando e preparar os estudantes para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

A declaração de Salamanca (UNESCO, 1994 apud PALMEIRA e SILVA, 2021), reforça que a escola é sim um espaço privilegiado para a relação social de todos, não ignorando as pessoas com deficiência, e ainda sobre essa temática, a Unesco (1994 apud PALMEIRA e SILVA, 2021) indica que:

Todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças que possam ter, escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos,

Ainda, para Bernardo e Vianna (2022), a instituição de ensino deve ser um ambiente acolhedor, o discente com deficiência deverá ser visto com equidade, tendo em vista que é direito dele ter acesso à escola e a educação, o docente deve envolver os alunos nesse processo, afinal, a escola irá possibilitar um contato maior com alunos com deficiência, sendo assim, a inclusão irá além dos muros da instituição de ensino e passará a ser algo cotidiano.

Ao se tratar de ensino, não é muito adequado pensar em um modelo exclusivo, mas, sim, em um lugar que atenda às especificidades, proporcionando a construção da identidade que a promova positivamente na sociedade, a escola deve se preparar para todos os estudantes (PALMA e CARNEIRO, 2018).

Para Lourenço (2017) é necessário oferecer oportunidade às crianças com deficiência, mostrar-lhes as suas habilidades e potencialidades, incentivar, apoiar, ir além dos rótulos, buscar despertar o melhor do discente, proporcionar o desenvolvimento integral.

Dantas (2016) ressalta ainda que o professor deve buscar que todas as crianças desenvolvam as atividades previstas e deve adaptar as aulas para as necessidades e particularidades dos estudantes para possibilitar que todos da turma participem do que é proposto e aprendam juntos.

É necessário lembrar que apenas participar não garante completamente a inclusão, a aprendizagem também esteja presente, ela só ocorre com ensino, com mediação, e o docente é o mediador, sendo assim ele vai guiar o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes (FIORINI e MANZINI, 2018).

Para Silva e Mascarenhas (2022), um educador que deseja realizar um ensino inclusivo precisa ter variados saberes, mudar comportamentos, melhorar as atitudes, desenvolver hábitos e valores, além disso, os professores precisam ser responsáveis e estarem comprometidos com os estudantes, entretanto nem todos se sentem preparados para realizar a inclusão.

Bernardo e Vianna (2022) complementam afirmando que, construir culturas inclusivas vai além do aumento da participação dos integrantes da comunidade escolar, é preciso também incentivar a sociedade a lutar pelo reconhecimento do direito à diversidade, respeitando cada um dos indivíduos.

A arte inclusiva atende a todos os discentes, envolve todos do processo educacional, promove o desenvolvimento pleno dos estudantes, no ensino, na aprendizagem e na vida pessoal, é uma prática acolhedora, transformadora, que conecta e ajuda na superação dos desafios e limites (VIEIRA, 2017).

MÚSICA

A Lei n.º 13.278, de 2 de maio de 2016 modificou a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e incluiu nos diversos níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio) a música como parte dos conteúdos de artes (BRASIL, 2016).

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) afirma que música “É a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais” (BRASIL, 2017, p.196). Os Parâmetros Curriculares Nacionais de artes fazem a seguinte consideração: a musicalização contribui com a formação de cidadãos, para que isso acontecer todos devem ter acesso e participar das atividades musicais dentro e fora do ambiente escolar, música é cultura, sensibilidade (BRASIL, 1997).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, é previsto que o ensino de música precisa ser integrado ao projeto político-pedagógico das escolas, e deve precisa ser parte dos vários ambientes educativos, ou seja, a música não será apenas um passatempo, algo sem importância, ela vai ser uma importante ferramenta pedagógica e um conteúdo a ser ensinado com responsabilidade (BRASIL, 2016). A instituição de ensino deve “Organizar seus quadros de profissionais da educação com professores licenciados em Música” (BRASIL, 2016, p.1).

Para que o docente de música consiga lidar com a diversidade e proporcionar um bom ensino para as crianças com deficiência em suas aulas, é preciso em primeiro lugar a compreensão que as expressões musicais devem ser acessíveis a todas as pessoas e não pode ser destinada apenas a um grupo de estudantes, cada integrante da turma possui capacidade de aprendê-la, incluindo os estudantes com deficiência, eles conseguem aprender, adquirir conhecimentos e habilidades específicas referentes à arte musical (LOURO, 2006 apud SILVA e MASCARENHAS, 2022).

Pantano e Zorzi (2009 apud SOUZA M. e SOUZA C., 2020) complementam a discussão afirmando que, a música está conectada com o vínculo afetivo, essa expressão artística consegue estimular as emoções, ativar a memória, auxiliar terapeuticamente, ela ainda pode promover o bem-estar físico e psíquico dos indivíduos.

A música também consegue tocar a alma, traz lembranças de momentos vivenciados, constrói novos pensamentos e quando se trata do ensino auxilia na fixação do conteúdo através das melodias. Um exemplo disso são as canções da educação infantil que lembramos por toda vida (REIS, 2012 apud SOUZA M. e SOUZA C., 2020).

No momento em que uma criança entra em contato com os equipamentos musicais, com as práticas artísticas musicais ela realiza interações auditivas e motoras, favorecendo o ensino, a aprendizagem, auxilia o desenvolvimento pessoal no ambiente escolar (SANTOS e PONSIANO, 2018).

No aspecto educacional, a música ajuda no desenvolvimento global da criança. Ela facilita o ensino e a aprendizagem, gera motivação e animação nos discentes da educação

infantil, torna o ambiente de aprendizagem mais agradável e acolhedor, aumenta os saberes culturais (SOUZA M. e SOUZA C., 2020).

As práticas musicais promovem o desenvolvimento dos alunos com deficiência, quando a música é utilizada abrem-se as portas para a expressão, e participação de interações sociais com os outros alunos, e também com o professor regente da turma (SANTOS e PONSIANO, 2018).

Paulino (2019) reforça que o ensino musical auxilia na socialização e na interação dos discentes, na sua inserção no contexto social, na evolução escolar dos alunos com deficiência, e ainda promove o desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

Vale aqui ressaltar que, a educação musical realizada na instituição de ensino deve ser compreendida, em primeiro lugar como uma prática social, os significados musicais são socialmente elaborados e estão ligados a diferentes aspectos, dentre eles: gostos pessoais, preferências e experiências vividas (SILVA e ALMEIDA, 2018). Santos e Ponsiano (2018) afirmam ainda que a música pode auxiliar o desenvolvimento e o ensino de alunos com deficiência física e intelectual, ela estimula a cognição, o aspecto psicomotor, melhora a memória, desperta a criatividade, a sensibilidade, a imaginação, o autoconhecimento e ainda auxilia o cérebro a receber os novos aprendizados tanto escolares quanto pessoais.

DANÇA

A dança segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), “Se constitui como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicadas no movimento dançado” (BRASIL, 2017, p.195). Para os Parâmetros Curriculares Nacionais de artes, essa expressão artística pode ainda desenvolver na criança a compreensão de sua capacidade de movimento, um maior conhecimento sobre o funcionamento corporal e expressar-se com autonomia e sensibilidade (BRASIL, 1997).

Para Bertoldo (2021), a dança pode acontecer de variadas formas, e se torna algo ilimitado para qualquer pessoa com ou sem limitação física, pode-se dançar com qualquer parte do corpo, visto que ao fazer diversos movimentos quem realiza a dança ganha a oportunidade de criar situações exploratórias de construção, ajudando em seu processo de ensino e aprendizagem.

As finalidades da dança são distintas, podendo ser: pedagógica, terapêutica, performática e competitiva. Com a dança a criança evolui gradativamente, criando oportunidades para ser espontânea, se mover, se expressar, e se integrar no meio e que ela está inserida (PROSCÊNCIO e DELIBERATO, 2019).

A dança tem uma forte influência nas possibilidades positivas no desenvolvimento corporal, cognitivo, social e afetivo, essa linguagem artística é uma ótima maneira de

ensinar na prática determinado conteúdo tendo como potencial a expressão do corpo humano (PROSCÊNCIO e DELIBERATO, 2019).

Ao pensar na dança como ferramenta de aprendizagem para estudantes com especificidade visual, auditiva, física, intelectual, transtornos psíquicos é de extrema importância fazer com que eles percebam o mundo ao seu redor e o seu senso receptivo, onde será trabalhado também seu lado físico, social, espiritual, psíquico, criativo, os mesmos vão ter autoconfiança, prazer pelo lúdico. Proporciona ainda uma oportunidade de trabalhar a afetividade, cada discente irá desenvolver a sociabilidade e o bem-estar com o corpo (PERES, 2016 apud BERTOLDO, 2021).

Para que o aluno se torne o protagonista do seu próprio conhecimento, a participação do mesmo deve ser ativa, criativa, autônoma e sensibilizada socialmente. Assim ele poderá atuar como protagonista, a participação deles será um incentivo para acreditarem mais em seu pertencimento, e vai auxiliar na construção de uma maior igualdade de direitos e deveres (BERTOLDO, 2021).

A dança não exclui corpos, nem culturas, ela foca em quem está participando, o ensino da expressão artística amplia-se, assim, para o ensino dos significados sociais e culturais, sem o pareamento capacidade e deficiência, o importante é praticar as coreografias em conjunto com as outras pessoas, não é apenas para formar artistas, não é uma aula separada, exclusiva para um ou para outro (KUPPERS, 2014 apud PAULINO e BAREICHA, 2018).

O indivíduo ao dançar acompanha as outras pessoas dançando, essa experiência ganha significado, os participantes recebem a oportunidade de melhorarem no pessoal e no social, é uma troca de aprendizados, um momento de expressão e comunicação consigo mesmo e com os demais participantes, sem a imposição de um padrão corporal (SANTOS; GUTIERREZ; ROBLE, 2019).

Para que a dança seja uma prática artística verdadeiramente inclusiva ela precisa ser aberta para todos, proporcionar um momento em que os participantes possam compartilhar momentos, vivências e aprendizados juntos, sem excluir ninguém e incentivando mutuamente (KUPPERS, 2014 apud PAULINO e BAREICHA, 2018).

TEATRO

A história do teatro no Brasil a princípio teve um objetivo catequético e jesuítico, se iniciou com o Padre Anchieta e o Padre Manoel da Nóbrega, eles utilizavam como uma maneira de auxiliar didática e pedagogicamente a catequese, quando foi observada a influência que as práticas teatrais tinham sobre as pessoas, o teatro mudou e recebeu referências europeias (BARROS *et al.*, 2019).

Na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), encontramos a seguinte afirmativa: “O fazer teatral possibilita a intensa troca de experiências entre os alunos e aprimora a

percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção” (BRASIL, 2017, p.196). Para os Parâmetros Curriculares Nacionais de artes, a dramatização se faz presente durante o desenvolvimento da criança, com momentos de espontaneidade, assumindo feições e funções diversas, sem abandonar a função de interação e de promoção de equilíbrio entre ela e o meio ambiente, evolui do jogo espontâneo para o jogo de regras, do individual para o social, atingindo os mais variados campos da vida e do crescimento (BRASIL, 1997).

Sá e Carvalho (2020) afirmam que, as práticas teatrais promovem o desenvolvimento dos estudantes, incentivam a autoconfiança dos participantes, ajudam os praticantes a superarem os desafios pessoais e também os auxilia a desenvolverem a espontaneidade.

As crianças aprendem atuando, é necessário ter atenção durante as aulas de teatro, o docente precisa oferecer um ambiente de respeito, o aluno precisa se sentir confortável na atuação e no local de aprendizado, o ritmo e o nível de desenvolvimento do estudante deve ser respeitado (REVERBEL, 1997 apud BARROS *et al.*, 2019).

Araújo (2020), ainda ressalta que, as práticas teatrais ajudam a desenvolver a criatividade, a autonomia, incentivam a interação durante o processo de ensino e aprendizagem, elas permitem que os participantes se sintam importantes, confiantes, fatores extremamente relevantes para o desenvolvimento das pessoas.

Os jogos de improviso e os sensoriais podem ser usados no ensino de Teatro, estimulando os sentidos dos estudantes, melhorando a percepção, e ainda colaboram com o desenvolvimento da liberdade artística, da autonomia, e auxiliam a formação de pessoas mais críticas e conscientes desde a infância (DANTAS, 2016).

Silva (2021), também considera que o teatro proporciona o aprendizado de uma consciência corporal, que auxilia no aprendizado da leitura da palavra e na escrita. Utilizar o teatro nas aulas possibilita que seja realizado um ensino que trabalha o espaço, a voz e os sons das letras do alfabeto, isso oferece para os estudantes uma série de momentos de expressão.

O teatro proporciona desenvolvimento para os alunos com deficiência intelectual, ele ajuda a aprimorar os aspectos motores, cognitivos, sensoriais e linguísticos, vale aqui ressaltar que é importante respeitar os limites da criança que vai realizar as práticas teatrais (PORTELA, 2021).

Portela (2021) afirma ainda que o teatro, os jogos teatrais e a arte são necessários para a inclusão das crianças com deficiência, pois, são práticas acolhedoras, que vão ajudar cada uma delas a se sentirem acolhidas no ambiente escolar que vão frequentar durante uma grande parte da vida.

As práticas teatrais, e o jogo em especial, promovem a inclusão dentro e fora da sala de aula, incentiva os estudantes a questionarem e refletirem, no momento em que são realizados os jogos teatrais os alunos com deficiência tem a oportunidade de interagir,

participar das atividades, os estudantes voltam o olhar para o momento, para a brincadeira, para a interpretação (CAVALCANTE, 2018).

ARTETERAPIA

O uso da arte para atividades terapêuticas mostrou-se pertinente no campo educacional inclusivo, conforme Silva (2005 apud VIEIRA, 2017) através da parceria entre psicologia, arte e educação, é viável criar uma visão nova sobre a própria pessoa e sobre o mundo que o cerca, dessa maneira a arte pode contribuir para a valorização da diferença e individualidade dos sujeitos envolvidos, auxiliando na promoção dos processos de aprendizagem.

Psicólogos e profissionais da educação conceituam a arteterapia como uma prática que gera benefícios reconhecidos do ponto de vista da expressividade, aceitação e regulação emocional (REIS, 2014 apud CALIXTO, 2020). Essas práticas pretendem proporcionar o bem-estar físico e mental por meio do uso de variadas expressões artísticas (VIEIRA, 2017).

Calixto (2020, p.1) afirma, também que “A arteterapia conduz à expressão de pensamentos ou sentimentos muitas vezes impossíveis de serem expressos por uma única linguagem”. Enfim, a arteterapia é uma proposta modal que surgiu recentemente, utiliza artes e psicologia, e nessa abordagem são usadas várias formas de expressões artísticas, com diferentes objetivos que possuem relação com as emoções e o aprendizado, ela é direcionada para fins terapêuticos e pedagógicos, que pode contribuir favoravelmente no processo inclusivo (BRASIL, 2002 apud CALIXTO, 2020).

Vale ressaltar que não é necessário dominar determinada forma de expressão artística que vai ser usada no processo, o que conta verdadeiramente é a comunicação, expressão, o alívio proporcionado pela prática da arte, deixar o aluno com mais liberdade, autonomia e criatividade (CALIXTO, 2020).

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) complementa dizendo que: é direito da criança se expressar, conhecer-se, participar, sendo esses direitos fundamentais do ensino e aprendizagem escolar de cada uma delas (BRASIL, 2017).

No momento da realização das atividades arteterapêuticas é possível utilizar músicas, teatro, dança, jogos, contações de histórias, um dos benefícios proporcionados é a melhoria da comunicação entre docentes e os estudantes, auxiliando assim no desenvolvimento das relações pessoais (VIEIRA, 2017).

Uma das expressões artísticas mais utilizadas durante a arteterapia é o teatro, essa prática possibilita para os alunos com deficiência a construção do autoconhecimento, melhoria no relacionamento com as pessoas ao redor, compreender o que sentem. Os trabalhos artísticos abrem as portas para a realização de um diálogo, uma reflexão, tornando assim o ambiente mais acolhedor e facilitando o processo de ensino e

de aprendizagem (MALAQUIAS, 2021).

No contexto educacional inclusivo, a arteterapia oferece ao docente a oportunidade de trabalhar com a criança com deficiência, por meio da expressão verbal e não verbal diferentes formas de autoconhecimento, possibilita também o crescimento pessoal do estudante (LOURENÇO, 2017).

Para Malaquias (2021) as novas descobertas e novas experiências educativas proporcionadas pela arteterapia, os participantes podem aumentar o repertório e melhorar as próprias perspectivas. Ainda para Vieira (2017, p.148) “É possível trabalhar, a autoestima baixa das crianças, o baixo rendimento escolar, os problemas de indisciplina, socialização, relacionamento e insegurança”.

Lourenço (2017, p.2) acrescenta a essa discussão afirmando que: “A arteterapia, além de proporcionar consideráveis progressos para o desenvolvimento das crianças com deficiência, é uma oportunidade para que se possa avançar nas questões familiares, educacionais e sociais”.

Devido aos benefícios proporcionados pela arte e pela arteterapia é importante que as escolas que desejam ser inclusivas e proporcionar um bom ensino para os estudantes com deficiência, tenham um profissional capacitado para proporcionar a realização dessas atividades. Ou ainda, as instituições de educação básica, proporcionarem cursos de formação continuada aos docentes nesta área, pois as atividades de arteterapia podem e devem ser uma prática educativa constante no cotidiano escolar (VIEIRA, 2017).

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) afirma que: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais” (BRASIL, 1996). Por meio da formação continuada os docentes que irão atuar na educação infantil e no ensino fundamental I podem aprofundar conhecimentos, técnicas, habilidades e competências para um bom desempenho nas atividades artísticas junto aos seus alunos e o ensino será mais significativo.

RESULTADOS

A Metanálise é uma técnica que junta resultados de variados estudos científicos criando assim, aproximações que pretendem resumir o todo (RODRIGUES e ZIEGELMANN, 2011). Para realizar essa metodologia foram feitas análises de 4 trabalhos científicos, os seguintes resultados são originários de pesquisas realizadas e publicadas, que apresentam dados que contribuem para alcançar os objetivos da investigação científica proposta neste artigo.

1º Descrição

O artigo “Incluir com arte ou a arte de incluir: Parangolando na escola, uma experiência inclusiva” foi produzido pela pesquisadora Maria Aparecida Da Silva Machado,

na Universidade Federal de Uberlândia, e foi publicado em 2018. Parte da seguinte questão: Como as atividades que envolvem práticas artísticas contribuem na interação, desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência, em classe comum, estando às mesmas amparadas por lei federal que lhes garante direitos, dentre os quais a inclusão na escola?

Trata-se de uma investigação realizada pela autora junto aos alunos da educação infantil da rede municipal de Uberlândia, durante o ano de 2016. A pesquisa foi realizada em uma sala de 1º período da Escola Municipal de Ensino Infantil Elôah Marisa de Menezes, situada na zona oeste da cidade de Uberlândia (MG). A escola autorizou as atividades. É de caráter qualitativo e usa a descrição.

As práticas na instituição de ensino aconteceram no segundo semestre de 2016 e foram realizadas na sala de 1º período turno da tarde. A escola atende 258 crianças de 0 a 5 anos. A classe em que a pesquisa foi realizada possui 22 alunos, um dentre estes estudantes, possui laudo de Autismo Infantil (CID F 84.0). Foram promovidos cinco exercícios.

A turma participou de aulas com as mais variadas expressões artísticas, dentre elas: dança, música, confecção de parangolés, encenações e faz- de - conta. A pesquisadora relata que: “O aluno que possui laudo de autismo infantil se manteve atento a todos os meus movimentos, assim como os demais. Todos de olhar fixo em meus movimentos e cada vez que mudava a posição do tecido havia risos, alguns colocavam as mãos na boca, outros balançavam o corpo, alguns apenas olhavam com expressão que denunciava uma mistura de espanto, alegria e vontade de estar na roda com o TNT” (MACHADO, 2018, p.20). As crianças ouviram a música “Aeróbica Tropical” de Bia Bedran, e dançaram com os TNT’s dentro da sala, aproximadamente 30 minutos, na volta do intervalo as discentes participaram desse momento.

Depois das atividades de dança com os parangolés que os próprios estudantes confeccionaram, foi realizado um momento cultural, todos os discentes realizaram os passos e os gestos, cada um do próprio jeito. A família do aluno com autismo ficou emocionada, pois foi um momento especial, ver a criança interagindo, dançando, socializando foi um marco (MACHADO, 2018).

Ela destaca ainda que a inclusão se fez com a arte, ou ainda, a arte de incluir se configurou em uma experiência inclusiva, a docente precisou respeitar os limites e as individualidades do discente, empatia e criatividade. Como resultado do estudo, ocorreu a melhora da socialização dos estudantes, as atividades fizeram a diferença no desenvolvimento integral da turma, na comunicação e na expressão (MACHADO, 2018).

2º Descrição

O artigo “Ensino de teatro: uma perspectiva inclusiva através do jogo” foi produzido pelo pesquisador Matheus Giannini Caldas Dantas, na Universidade Federal do Rio Grande

do Norte, publicado em 2016.

Essa pesquisa relata através da descrição uma experiência pedagógica na visão do ensino de teatro através dos jogos improvisacionais, que ocorreu durante o Estágio Supervisionado de Formação de Professores III no Núcleo de Educação da Infância – NEI – Cap/ UFRN, em uma turma de 3º Ano do Ensino Fundamental, no ano de 2016. As atividades realizadas tiveram como principal objetivo a inclusão de uma criança com deficiência visual e cognitiva dentro das aulas de Teatro, assim como a vivência e a sensibilização das crianças por meio dos jogos de improvisação e sensoriais desenvolvidos dentro dos espaços escolares.

As aulas propostas contaram com a participação de 21 alunos, sendo um aluno de 10 anos de idade, com deficiência visual e Síndrome de Crouzon. Segundo diagnóstico dos médicos responsáveis pela criança, ela possuía, na época da pesquisa, idade mental de 2 anos.

Os jogos improvisacionais foram executados da seguinte forma: foi realizada uma dinâmica como um jogo de aquecimento, numa sequência que evoluiu em etapas de dificuldades num movimento corporal, de palmas e cantos, trabalhando o ritmo, a concentração e a consciência corporal do seu próprio corpo. Em seguida foi incluído um exercício corporal de Rolamento, no qual todos os alunos deitados em fila vão rolando uma acima da outra, despertando, momento de afeto, consciência e ludicidade.

Já o jogo João Bobo foi com cinco crianças organizadas em roda, tendo um ao centro de olhos fechados, se permitirem deixar seu corpo se movimentar como um pêndulo, transferindo seu peso para os colegas lhe segurarem. A história do Teatro: foi trabalhada por meio dos cinco sentidos, com experimentos sensoriais, tais como: degustação de frutas, cheiros, contato com diferentes superfícies, músicas e imagens, ao entrar na sala com os olhos vendados, cada estudante experimentou uma uva. Dança da Laranja: Em duplas, os discentes equilibram uma laranja, sem a deixar cair. O pesquisador descreve como resultados das atividades na classe que: através das práticas teatrais utilizando os jogos improvisacionais e sensoriais, foi possível construir uma relação de igualdade entre todas as crianças, considerando todas as singularidades da turma, e ainda foi possível estimular os sentidos dos alunos na sua ampliação de percepção, ajudar no desenvolvimento da liberdade artística, na autonomia, na criticidade e no trabalho colaborativo. Os participantes desenvolveram a empatia, relataram que se colocaram no lugar do outro, foi uma experiência enriquecedora para o pesquisador, para os estudantes e demais professores envolvidos no processo de ensino (DANTAS, 2016).

3º Descrição

O artigo “Educação musical e inclusão: Música como parceira na integração escolar e social” foi escrito pelos pesquisadores Francisco Calicchio e Ivone Bueno do Prado, foi publicado em 2017, na Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar – RPGM. Ele pretende

refletir sobre a função da Educação Musical como parceira ativa na inclusão de alunos.

É um relato de uma experiência na EMEF Imperatriz Leopoldina, é utilizada a descrição para relatar as vivências e os resultados. A aluna “Z”, de 7 anos, estudante do primeiro ano do Ensino Fundamental (em 2015) chegou a escola, com laudo de Encefalopatia Hidrocefalia, Epilepsia e DVP (Derivação do Ventrículo Peritoneal-Válvula). Os pesquisadores relatam ainda que: “A criança é cadeirante, não fala, não possui controle cervical e não apreende nenhum objeto com as mãos. Tem pouca força na mão esquerda, porém, joga todos os objetos e materiais que lhe são oferecidos” (CALICCHIO e PRADO, 2017, p.61).

A estudante em questão recebeu uma flauta, para o contato com mãos e boca, porém, havia muita dificuldade na apreensão, tanto com as mãos, quanto com a boca. Então, foram oferecidos outros instrumentos, até que se notou que ela conseguia, com a mão esquerda, bater em um tambor de bandinha musical. A docente da sala regular tocou em sala, a Nona Sinfonia de Beethoven, e a discente “Z” começou a corresponder com toques no tambor. A experiência foi repetida outras vezes, tanto na sala regular, quanto na de recursos especiais, e a resposta positiva foi a mesma.

O estímulo musical fez efeito, abriu as portas para outras atividades (bate-copo, brincadeiras musicais; narração de histórias). A discente evoluiu e passou a se envolver nas atividades propostas e, até, a se comunicar. Começou a mostrar alguns desejos por meio de gestos. Por exemplo, para pedir a flauta, leva uma das mãos à boca e faz movimento sugestivo com os lábios.

As aulas de música, bem como estímulos musicais individuais, continuaram até o final de 2015. Em 2016, a estudante permaneceu na mesma turma e com a mesma professora. No segundo ano do Ensino Fundamental, além das aulas de música, outras atividades foram oferecidas, tal como a pintura livre com as mãos, constatando-se que ela está cada vez mais ativa, participativa e comunicativa. A aluna também foi socializada com as professoras e demais colegas de turma, a música e a arte auxiliaram, entretanto sozinhas não resolvem todos os problemas educacionais, ela é uma ferramenta.

As práticas foram compartilhadas entre a professora da sala regular e a de atendimento especializado. Ambas são musicistas, o que facilita o uso desta técnica, no entanto, as atividades realizadas podem ser executadas, possivelmente, por qualquer educador, músico, ou não. Vale aqui ressaltar que cada docente precisa conhecer o tipo seu aluno, o caso de cada um, bem como elaborar um perfil da sala, como um todo, para poder abordar a todos, de maneira eficaz, e fazer com que esta nova prática, além de prazerosa, atenda aos objetivos e anseios do professor, e auxilie na construção de igualdade de condições e direito de aprendizagem a todos, de maneira humanizada, respeitando as particularidades (CALICCHIO e PRADO, 2017).

4º Descrição

O artigo: “Psicopedagogia e arteterapia encontros no processo ensino aprendizagem” escrito por Maria Lúcia Teixeira Mainardi e Célia Regina Da Silva no ano de 2020, tem o intuito de mostrar como a psicopedagogia e arteterapia podem auxiliar os alunos a como melhorar seu desempenho escolar e interação social.

O estudo pretende entender como funciona o processo de ensino aprendizagem em crianças que possuem dificuldade, melhorar o desempenho escolar e a interação com as crianças. Os objetivos específicos do estudo são: identificar nas crianças suas maiores dificuldades em questões de verbalizar através daquilo que se imagina, comparar como é o desempenho das crianças através da psicopedagogia, se foi trabalhado a arteterapia como facilitador para o aprendizado dos alunos.

A pesquisa demonstra como é o processo da arteterapia e de que forma ela ajuda as crianças no processo de ensino e aprendizagem e possibilita a melhoria do desempenho escolar e na interação com outras crianças, foram realizados dois estudos de caso. Duas crianças, uma de escola privada e outra de uma pública, ambas tinham dificuldade em apresentar linguagem e interação.

É necessário ressaltar que para a psicopedagogia e a arteterapia trabalharem na prevenção de dificuldades do aprendizado das crianças, é preciso ter um diagnóstico e uma intervenção dos profissionais, para que o olhar seja de forma apurada e a noção seja compreendida e apurada, visando sempre o comportamento apresentado pela criança e tendo como seu foco o aprendizado, mas sempre entendendo sua particularidade (MAINARDI e SILVA, 2020).

No primeiro caso, uma criança cujo nome fictício é (M) apresentava dificuldades na aprendizagem, mais especificamente na fala e na linguagem, o estudante tem seis anos de idade. Foram realizadas entrevistas com seus familiares, professores e demais colegas de turma.

O papel do educador foi de suma importância para atender todas as especificidades, foram utilizadas atividades lúdicas envolvendo equilíbrio, concentração, motricidade e percepção para identificar quais eram as dificuldades que o (M) apresentava e promover melhorias na vida do discente. Através das entrevistas com os parentes do aluno, foi possível notar que o comportamento dele era reflexo de seus pais, a mãe relatou que a criança era bastante debilitada, ao observar a semelhança com os genitores foi possível perceber pontos importantes principalmente na questão de tom de voz baixo, falar pouco, e observar bastante e dizer algo somente quando instigado.

Após as intervenções juntamente com os professores e familiares, a criança começou a se expressar muito mais em sala de aula, e ao final do segundo semestre foi possível constatar que ela já estava se expressando voluntariamente, um dos principais pontos que deve se frisar é que o estudante já estava indo ao banheiro sozinho e conseguia expressar com bastante facilidade sua emoção de felicidade ao ver a mãe chegando para buscá-lo.

O segundo estudo de caso partiu do acompanhamento do desenvolvimento da

aprendizagem do aluno, cujo nome fictício é (E), estudante do Jardim I de uma escola particular. Para iniciar os trabalhos foi realizada uma entrevista com a mãe da criança para saber sobre (E) e também sobre sua família, foi descoberto que os pais eram separados e que a criança havia passado por problemas de saúde quando nasceu.

Na escola, as docentes também foram consultadas, e informaram que o aluno interagia com os outros, entretanto, era inseguro apresentando imaturidade emocional. Quando as atividades de arteterapia começaram a serem realizadas, (E) expressou o que estava sentindo, inclusive nas atividades cotidianas da sala de aula: massinha de modelar, brincadeiras musicais, o verbal acabou sendo só mais uma forma de comunicação. Em um dos exercícios, brinquedo de roda, os estudantes precisaram decidir entre a música “Tantas laranjas maduras” ou “Todos os patinhos sabem bem nadar”. Optaram por “Tantas laranjas maduras”. Essa canção fala de cores, instiga o aprendizado, os discentes ficaram mais participativos e sem resistência.

As educadoras foram mediadoras no ensino da criança, no contato dela com as expressões artísticas, utilizaram os saberes pedagógicos para guiar (E) em seu processo de aprendizagem e superação. O apoio e o incentivo a esses profissionais foram essenciais para que as atividades fossem realizadas, é o início de novos desenvolvimentos (MAINARDI e SILVA, 2020).

Nos trabalhos científicos ficou constatada a importância das expressões artísticas e os efeitos positivos que elas oferecem para a inclusão das crianças com deficiência e dos demais estudantes, impactou todos os envolvidos no processo. Os relatos das experiências vividas indicam que a arte conecta um com o outro, com o que a criança sente e permite que ela se desenvolva no pessoal e nas disciplinas escolares, ela inicia e facilita o processo de inclusão e desenvolvimento.

DISCUSSÃO

Segundo a hipótese inicial do estudo bibliográfico, a arte, a dança, o teatro, a música e a arteterapia oferecem contribuições para as crianças com deficiência e são aliadas da inclusão, mas afinal, ela é realmente relevante? Oferece benefícios? Faz efeito, na prática? Os artigos 1 de Machado (2018), 2 de Dantas (2016), 3 Calicchio e Prado (2017) e 4 Mainardi e Silva (2020) realizaram experiências práticas com artes no ensino inclusivo.

Paulino e Bareicha (2018) afirmam que na teoria, a dança amplia os significados culturais, promove momentos compartilhados, expressão. Durante a realização das aulas de dança com parangolé, foi constatado por Machado (2018) que a turma se conectou com o colega autista, nas atividades a criança observava os passos, seguia os movimentos, sorria, gerando uma expressão de sentimentos, e que as práticas não atingiram apenas um dos estudantes, ou somente a professora, todos os envolvidos foram impactados, os parentes ficaram emocionados ao ver o estudante compartilhando momentos com os colegas e com a docente na apresentação de dança que as atividades geraram.

Portela (2021) e a Base Nacional comum curricular (BRASIL, 2017) declaram que as práticas teatrais são acolhedoras, promovem comunicação, imaginação. Durante os exercícios de teatro na escola, Dantas (2016) utilizou diferentes abordagens, jogos de improvisação, jogo do João bobo, e notou que as crianças desenvolvem um senso de empatia, o companheiro com deficiência visual e Síndrome de Crouzon pode ser mais compreendido, e após as práticas até o sensorial dos participantes se desenvolveu, a visão de mundo foi ampliada, os momentos se tornaram mais significativos.

Paulino (2019) faz as seguintes considerações: a música ajuda na interação dos discentes, atinge o contexto social, promove o desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Na pesquisa de Calicchio e Prado (2017) é obtido como resultado a evolução da aluna com múltiplas deficiências, a estudante que não conseguia nem mostrar nem verbalizar o que sentia evolui ao ponto de fazer movimentos com as mãos para pedir a flauta e seguir o ritmo dos instrumentos, gerando uma maior participação e interação, e ainda uma ligação emocional entre a discente, os instrumentos e as músicas, em seu tempo, do próprio jeito.

Cada expressão artística proporcionou um benefício para a inclusão dos discentes com deficiência, na música a coordenação motora, a memória e o emocional, na dança a interação com a comunidade escolar, aprendizado dos movimentos, sensação de pertencimento, ao participar da coreografia junto com os companheiros de sala, no teatro, a empatia, a turma e os demais participantes tiveram a oportunidade de se colocar no lugar do outro, desenvolver os sentidos, a comunicação. É possível perceber que o verbal, o quadro branco e o pincel não são as únicas formas de aprender e se expressar.

A arte no ensino inclusivo das crianças com deficiência é uma prática promissora, nos casos avaliados, ela incluiu socialmente, promoveu momentos de conexão entre os discentes. O impacto das práticas artísticas na educação inclusiva acontece na área escolar como um estopim, os discentes com deficiência realizam os momentos artísticos, aprendem a se expressar de variadas maneiras, proporciona o desenvolvimento da coordenação motora, da memória, do emocional, do social, cada um em seu tempo, do próprio jeito, com respeito às particularidades, equidade e sem segregação, vale ressaltar que não é o aluno que precisa se adaptar a instituição de ensino, é a escola que precisa se preparar pra receber todos.

Quanto à arteterapia, Lourenço (2017) afirma que essa prática promove o desenvolvimento pessoal, possibilitando um avanço nas questões familiares educacionais, ela une as linguagens artísticas e a psicologia. Mainardi e Silva (2020) trabalharam em parceria com a escola e com a família, quando as práticas entraram em ação, as duas crianças melhoraram emocionalmente, obtiveram estabilidade emocional e conseguiram melhorar as relações consigo mesmo, com os colegas, com as docentes e com os familiares, e ainda passaram a participar do proposto em sala de aula com uma maior frequência, escolas diferentes, realidades diferentes, resultados positivos. A

arteterapia favorece o autoconhecimento, a estabilidade emocional, o bem-estar consigo mesmo e com o próximo, para as crianças com deficiência é a chance de desenvolvimento pessoal, diálogos, reflexão e uma porta de entrada para a socialização, pois essa prática permite ainda o compartilhamento de sentimentos e a comunicação, conforme demonstraram as práticas e os estudos de Mainardi e Silva (2020), os estudantes melhoraram emocionalmente, socialmente e conseqüentemente, na vida escolar, uma acaba se ligando a outra.

Mesmo sendo uma abordagem nova, a arteterapia já é apoiada na bibliografia e na prática, é possível notar que ela segue o que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que é o direito a expressão, comunicação, embora ainda enfrente desafios como à falta de espaço e de apoio, nem todas as escolas realizam essas práticas e alguns possuem uma visão limitada quanto aos benefícios que ela proporciona, e nem todos os profissionais são preparados para realizar essas metodologias.

Em relação aos docentes, tiveram um importante papel: mediadores e guias de aprendizado, e encontraram mais facilidades para realizar as atividades artísticas com metodologias adequadas quando tinham especialização na área. Calicchio e Prado (2017) deixam claro ainda que, apesar de serem práticas que possivelmente qualquer professor conseguiria aplicar em sala de aula, a formação das educadoras foi um fator facilitador para a realização das atividades, auxiliou na condução dos exercícios e da metodologia, especialização gera conhecimento, segurança, resultados mais eficientes, valorização da disciplina, o estudo e a especialização expandem os horizontes.

Assim como nas demais disciplinas, é preciso estudo, dedicação e especialização, um professor não dá aula de português sem se preparar, não ensina matemática sem treinar, responder exercícios. É necessário saber qual linguagem artística utilizar, analisar qual a forma que vai ser trabalhada e os objetivos, a formação continuada é um fator importante, pois sem conhecer os métodos não dá pra executar as estratégias adequadamente, para que seja um aprendizado significativo e promova inclusão. Vale reforçar que a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional prevê essa prática (BRASIL, 1996).

Para incluir, realizar as práticas artísticas e a arteterapia na inclusão é preciso que o docente busque promover a equidade, cada um vai participar de um jeito, mas não deve ser excluído ou tratado como alguém que não consegue ir além. É necessário respeito às particularidades e incentivo a cada um dos estudantes, com naturalidade e espontaneidade.

O apoio aos profissionais da educação é outra questão abordada nos estudos, Mainardi e Silva (2020) precisaram consultar as docentes, tanto em escola particular, quanto em escola pública, foram de suma importância para compreender o comportamento das crianças, e para aplicar as intervenções em sala de aula, as famílias dos discentes precisaram colaborar fornecer informações, reforçar o que foi aplicado na sala de aula em

casa, seguir orientações, às questões educacionais ultrapassam o alcance dos professores passam por um contexto social e familiar.

As 4 pesquisas apresentaram diferentes casos, variados estudantes e instituições de ensino, entretanto todos chegaram a uma conclusão: a arte auxiliou no crescimento do discente, afetou todos os envolvidos e permitiu melhorias além do espaço escolar, em nível pessoal e não foi só um passatempo, possibilitou ainda o crescimento em outras atividades escolares. Teoria e prática mostraram que sim, as práticas artísticas beneficiam os discentes. O docente é um guia do aprendizado, precisa buscar a metodologia adequada, mas não resolve tudo sozinho, precisa de formações continuadas e apoio dos familiares e equipe escolar.

As práticas artísticas despertam o melhor de cada um, os discentes com deficiência conseguiram expandir os horizontes, em todas as atividades realizadas pelos autores na prática, foi preciso olhar o caso da criança, as características, o contexto social, o histórico, e então, proporcionar as intervenções artísticas que pudessem oferecer o desenvolvimento do estudante e incluir, não apenas em um único momento, mas sim nas mais variadas áreas.

A arte não é algo momentâneo, que pode ser trabalhado de qualquer maneira e deixado de lado, ela é tão importante quanto à geografia, ciências e demais disciplinas, no campo bibliográfico ou na prática, é importante e precisa ser tratada como tal, e trabalhada com atenção, na educação infantil ou no ensino fundamental, mesmo que não seja valorizada, brilha quando aparece, transforma, ilumina os que entram em contato com ela, os educadores e a sociedade precisam refletir para enxergar e valorizar cada expressão artística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando a bibliografia, relatos de experiências práticas, apresentados ao longo do artigo; e ainda, pelas vivências acadêmicas durante os estágios; e finalmente pela experiência profissional é possível constatar que as atividades artísticas impactam no desenvolvimento e desempenho de todos os alunos. Isso ocorre devido à função primordial da arte que é facilitar a relação professor-aluno no processo ensino e aprendizagem.

Na teoria e na prática as manifestações e expressões artísticas na escola trazem vários benefícios na educação inclusiva, respeitando as singularidades de cada discente durante seu processo de formação acadêmica. Assim, é recomendada a valorização da arte como uma disciplina, com um universo de possibilidades que pode e deve ser explorado, investigado e utilizado pelos docentes na prática educativa. Vale aqui ressaltar que incluir não é uma opção, é um dever ético, social, moral, pessoal, que precisa da participação de toda a comunidade escolar.

Trabalhando na educação infantil e no ensino inclusivo é possível notar a diferença que a arte faz. Na acolhida às crianças que escutam música e dançam, chegam à sala de

aula de bom humor, mais tranquilas, preparadas para o ato de aprender. Por exemplo, a canção “cabeça, ombro, joelho e pé” ajuda na atenção, memória e outras habilidades que abrem portas para a socialização, comunicação e consciência corporal, alguns professores nem percebem o tamanho do bem que essas práticas proporcionam.

Nas experiências dos estágios supervisionados durante o curso de pedagogia nas escolas de Ensino Fundamental I, a arte é uma disciplina apresentada aos alunos, mas não é tão valorizada como as demais. Exemplificando, a de português e a matemática ganham espaço, e a arte fica em segundo plano, é tratada por alguns profissionais como uma mera distração, mesmo sendo tão benéfica, e ainda podendo auxiliar de forma interdisciplinar no desenvolvimento e na compreensão dos conteúdos de todas as áreas do conhecimento.

As atividades artísticas não se restringem ao campo educacional, trazem alegria e energia para vida, para o coração e as emoções. Em todas as etapas da vida a arte é presente, desde nascimento, faz parte de cada um dos seres humanos, a arte faz parte das pessoas e uma linguagem universal, que conecta todos, e fortalece a inclusão, de forma espontânea e significativa, todos podem participar e criar.

As práticas artísticas proporcionam para os discentes com deficiência a chance de conhecerem a si mesmo e se conectarem com o próximo, é possível incluir as crianças com metodologias adequadas, adaptações (quando necessário), empatia. A arte fornece diferentes formas de ensino e aprendizagem para os discentes com deficiência.

A arte inclui, as expressões artísticas incluem através do compartilhamento de momentos, as crianças com deficiência ganham com as artes a oportunidade da expressão e da comunicação, as canções, as encenações, os gestos das coreografias, é em um mundo de desenvolvimento, a inclusão nas práticas artísticas ocorre quando todos participam juntos, e após esses momentos utilizam as habilidades adquiridas nas demais disciplinas escolares e além da sala de aula.

Uma das metodologias artísticas vem ganhando destaque: a arteterapia, ela proporciona o equilíbrio emocional, e na inclusão é de suma importância que as crianças estejam bem emocionalmente, é uma forma de autocuidado e desenvolvimento pessoal do estudante com deficiência.

A arteterapia mostrou-se uma real possibilidade de expressão, comunicação e aprendizado no ensino inclusivo, desde que seja realizada com a devida atenção e com objetivo definido. Ela vai além dos muros da escola, pode beneficiar a relação com a família, com as pessoas ao redor. Com a devida especialização, formação continuada, e apoio é possível trazer a arteterapia para as instituições de ensino e para o processo de ensino e aprendizagem. É recomendável a realização de mais estudos e experimentos na área.

A música, a dança, o teatro, o cordel e as variadas expressões artísticas impactam a vida dos autores do presente artigo, que deixam aqui expressos as suas preocupações quanto à valorização e uso da mesma diante de uma visão limitada por parte da sociedade de uma forma geral e de parte da comunidade escolar, e ainda, fica aqui a recomendação

da união arte e inclusão, pois, juntas elas mudam vidas, transformam a educação, incluir com arte é dar significado, é abrir o olhar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. S. P. Prática pedagógica do teatro na formação de crianças e adolescentes no ensino fundamental: as possibilidades de uma educação transformadora. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - Inovação Pedagógica) - Universidade da Madeira, Funchal, 2020.

BARROS, M. S. F.; PASCHOAL, J. D.; FERREIRA, A. L.; BARROS, P. C. S. Arte e educação: o teatro como recurso metodológico no trabalho pedagógico na alfabetização. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 1205–1216, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14i3.12491.

BERNARDO, F. G.; VIANNA, C. C. de S. Em busca do desenvolvimento e da consolidação de Culturas Inclusivas nos espaços escolares: contribuições de professores e de estudantes com deficiência visual. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 35, p. e5/1–21, 2022. DOI: 10.5902/1984686X66454.

BERTOLDO, T. Corpo, corporeidade e diversidade na educação: Metodologias em dança processos de ensino e aprendizagem com corpos com necessidades específicas múltiplas e transtornos psíquicos. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 2, n. 10, p. e210824, 2021. DOI: 10.47820/recima21.v2i10.824.

BRASIL, Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. Coordenação geral SEESP/MEC; ARANHA, Maria Salete e Fábio Aranha (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 2004.

BRASIL. Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 out. 1989.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 12.287, de 13 de julho de 2010. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 jul. 2010.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 06 de Julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**. Brasília, 07 jul. 2015.

BRASIL. Lei n.º 13.278, de 02 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, MEC: 2 de maio de 2016.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL.. Resolução CNE/CEB n.º 02, de 10 de maio de 2016. Define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALICCHIO, F.; PRADO, I. B. do. Educação musical e inclusão: Música como parceira na integração escolar e social. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 57-66, 2017. ISSN 2594-4797.

CALIXTO, A. M. Arteterapia aplicada à educação infantil. 2020. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - **Repositório Universitário da Ânima (RUNA)**, Santa Catarina, 2020.

CAVALCANTE, A. C. da S. Jogos teatrais e educação inclusiva: reflexões sobre uma experiência. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

DANTAS, M. G. C. Ensino de teatro: uma perspectiva inclusiva através do jogo. Anais I CONIDIS... Campina Grande: **Realize Editora**, 2016.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Estratégias de Professores de Educação Física para Promover a Participação de Alunos com Deficiência Auditiva nas Aulas. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 24, n. 2. p. 183-198, 2018.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

LOURENÇO, L. E. B. Inclusão o direito de ser diferente: um olhar através da arteterapia. Anais IV CONEDU... Campina Grande: **Realize Editora**, 2017.

MACHADO, M. A. da S. Incluir com arte ou a arte de incluir: parangolando na escola, uma experiência inclusiva. 2018. 40 f. Dissertação (Mestrado profissional em Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1415>

MAINARDI, M. L. T.; AMARAL, C. R. Da S. Psicopedagogia e arteterapia encontros no processo ensino aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 02, Vol. 03, p. 39-54, 2020. ISSN: 2448-0959.

MALAQUIAS, L. J. O Teatro e suas técnicas: uma prática inclusiva na Arteterapia com alunos da Educação Especial. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 94–103, 2021. DOI: 10.14393/OT2021v23.n.1.52864.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: **Editora Atlas**, 4a ed. p. 43-44, 1992.

MENDONÇA, A.; BRAZÃO, P. Arte: conceito e representação no contexto profissional dos professores de dois cursos: Educação Física e Ensino Fundamental. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 12(29), p. 25-40, 2019.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

PALMA, D. T.; CARNEIRO, R. U. C. O olhar social da deficiência intelectual em escolas do campo a partir dos conceitos de identidade e de diferença. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 161-172, 2018.

PALMEIRA, L. M. C.; SILVA, F. J. A dança como elemento facilitador na Educação Física escolar para crianças com síndrome de Down. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 43, 2021.

PAULINO, B. R.; BAREICHA, P. S. de A. Movimento e Expressividade: Dança educativa para alunos com deficiência intelectual. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, [S. l.], v. 8, n. 16, 2018.

PAULINO, D. F. Educação Musical Especial: uma revisão de literatura em publicações da ABEM (2014-2018). 2019. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PORTELA, N. Ensino/aprendizagem de pessoas com Deficiência Intelectual (DI) Mediante Jogos Teatrais. **CADERNOS CÊNICOS**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 1–10, 2021.

PROSCÊNCIO, P. A.; DELIBERATO, D. Interface da dança e educação especial, por Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista/Marília; Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual Paulista/Marília, 2019.

RODRIGUES, C. L.; ZIEGELMANN, P. K. Metanálise: Um Guia Prático. **Clinical and Biomedical Research**, [S. l.], v. 30, n. 4, 2011.

SÁ, I. R.; CARVALHO, L. B. A compreensão dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental sobre o teatro na educação. Políticas Públicas, Educação e Diversidade: Uma Compreensão Científica do Real (p.20-28), **Editora científica**, 2020. DOI 10.37885/200801039.

SANTOS, G. F. S.; PONSIANO, V. L. O. Oficinas de música como um recurso do psicopedagogo para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças com e sem deficiências. UNISA- Universidade de Santo Amaro, São Paulo, 2018.

SANTOS, R. F. dos; GUTIERREZ, G. L.; ROBLE O. J. Dança para pessoas com deficiência: um possível elemento de transformação pessoal e social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 41, n. 3, p. 271-276, 2019.

SILVA, A. F. de L.; MASCARENHAS, M. OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE MÚSICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um relato de experiência. *Anais do Encontro sobre Música e Inclusão*, [S. l.], p. 254-263, 2022.

SILVA, C. V. da; ALMEIDA, C. M. G. de. Educação Musical e Inclusão: um estudo sobre as práticas de professores de música no Ensino Fundamental. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 078-100, 2018.

SILVA, G. A. Experiência de teatro-educação com estudantes da licenciatura em pedagogia – urca/ce.. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: **Realize Editora**, 2021.

SOARES, R. Ensino de artes e formação de professores e professoras no recôncavo da Bahia. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 14, n. 32, p. 153-167, 2022. DOI: 10.5965/2175234614322022153.

SOUZA, M. V.; SOUZA, C. C. da. S. A música como ferramenta na fonoterapia da criança com dificuldade de aprendizagem: uma análise bibliométrica. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**, Itaperuna, v. 06, n. 3, p. 1-13, 2020.

VIEIRA, C. de C. Contribuições da Arte e do professor arteterapeuta para a Educação Inclusiva. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 136-153, 2017. DOI: 10.5965/1984317813022017136.